



Alexandre Henrique Zangali

DIREITO ELEITORAL EM MAPAS MENTAIS E FLUXOGRAMAS

SUMÁRIO

DIREITO MATERIAL CÍVEL ELEITORAL	23
Conceito de Direito Eleitoral	25
Fontes de Direito Eleitoral	26
Principais Fontes em Espécie	27
Princípios de Direito Eleitoral	28
Princípio da Anterioridade ou Anualidade de Direito Eleitoral	29
Órgãos da Justiça Eleitoral	30
Atribuições (Funções) da Justiça Eleitoral	31
Função Consultiva da Justiça Eleitoral	32
Função Normativa da Justiça Eleitoral	33
Função Administrativa da Justiça Eleitoral	34
Função Jurisdicional da Justiça Eleitoral	35
Partidos Políticos: Natureza Jurídica	36
Coligações: Hipóteses de Extinção	37
Prazo de Validade das Comissões Provisórias Partidárias e Municipais	38
Diferenças entre os Sistemas do TSE FILIAWEB e SGIPEX	39
Hipóteses de Desfiliação Partidária (Art. 22 Lei nº 9.9096/95)	40
Hipóteses de Justa Causa Para Desfiliação Partidária (Art. 22-A Lei nº 9.096/95)	41
Ação de Perda de Mandato por Infidelidade Partidária e Ação Declaratória de Justa Causa Para Desfiliação (Res. TSE nº 22.610/07) [1/2]	42
Ação de Perda de Mandato por Infidelidade Partidária e Ação Declaratória de Justa Causa Para Desfiliação (Res. TSE nº 22.610/07) [2/2]	43
Fluxograma Infidelidade Partidária (Res. TSE nº 22.610/07)	44
Características do Voto	45
Características do Voto segundo Alexandre de Moraes	46
Voto, Voto Nulo, Em Branco, Anulável e Nulidade da Eleição (1/2)	47
Voto, Voto Nulo, Em Branco, Anulável e Nulidade da Eleição (2/2)	48
Novas Eleições e Eleições Suplementares	49
Voto em Trânsito, no Exterior e Transferência Temporária de Seção Eleitoral	50
Direitos Políticos (1/2)	51
Direitos Políticos (2/2)	52
Requerimento de Inscrição Eleitoral	53

Diferenças entre o E-Título e o Título Net	54
Revisão do Eleitorado	55
Condições de Elegibilidade X Inelegibilidade X Inalistabilidade	56
Condições de Elegibilidade Constitucionais	57
Cargos Privativos a Brasileiros Natos (art. 12, § 3º CRFB)	58
Condições de Elegibilidade Constitucionais Alistamento Eleitoral	59
Nome Social	60
Redação dos Artigos 3º e 4º Após a Alteração Promovida pela Lei nº 13.146/15	61
Impedidos de Inscrever-se como Eleitor	62
Consequências do Não Alistamento Eleitoral	63
Condições de Elegibilidade Constitucionais: Domicílio Eleitoral	64
Condições de Elegibilidade Constitucionais: Filiação Partidária	65
Condições de Elegibilidade Constitucionais: Idade Mínima	66
Condições de Elegibilidade do Militar	67
Quitação Eleitoral: Abrangência	68
Falta de Quitação Eleitoral: Consequências	69
Condições de Registrabilidade	70
Princípios Referentes a Inelegibilidade	71
Classificação das Inelegibilidades (1/3)	72
Classificação das Inelegibilidades (2/3)	73
Classificação das Inelegibilidades (3/3)	74
Perda e Suspensão dos Direitos Políticos: Consequências Jurídicas	76
Condenação Criminal: Abrangência (1/3)	77
Condenação Criminal: Abrangência (2/3)	78
Condenação Criminal: Abrangência (3/3)	79
Inelegibilidade Decorrente de Condenação Criminal: Lapsos Temporais Autônomos	80
Inelegibilidade: Casos Especiais (1/2)	81
Inelegibilidade: Casos Especiais (2/2)	82
Processo Eleitoral	83
Sistemas Eleitorais (1/2)	84
Sistemas Eleitorais (2/2)	85
Número de Candidatos que Podem Concorrer	86
Quociente Eleitoral, Partidário e Sobras	87
Diferenças entre Zerésima e Boletim de Urna	88
Propaganda Política	89
Princípios da Propaganda Eleitoral	90
Princípios da Propaganda Eleitoral mais Invocados nas	

Decisões Judiciais	91
Classificação da Propaganda Eleitoral	92
Datas do Início e do Final da Propaganda Eleitoral	93
Propaganda Eleitoral: Modalidades (1/3)	94
Propaganda Eleitoral: Modalidades (2/3)	95
Propaganda Eleitoral: Modalidades (3/3)	96
Carro de Som e Assemelhado	97
Propaganda Eleitoral na Internet	98
Internet	99
URL: Uniforme Resource Locator	100
Impulsionamento	101
Formas Permitidas de Propaganda Eleitoral na Internet	102
Formas Proibidas de Propaganda Eleitoral na Internet	103
Requisitos para Configuração da Propaganda Eleitoral Antecipada ou Extemporânea	104
Propaganda Eleitoral Antecipada ou Extemporânea: Excludentes	105
Propaganda Eleitoral Não Tolerada	106
Exemplos de Propaganda Eleitoral Proibida	107
Condutas Vedadas às Emissoras de Rádio e Televisão	108
Propaganda Eleitoral em Geral: Crimes Cometidos no dia da Eleição	109
Fluxograma Simplificado do Procedimento de Pede de Polícia	110
Pesquisas Eleitorais (Res. TSE nº 23.549/17)	111
Pesquisa e Enquete Eleitoral	112
Momento da Divulgação da Pesquisa Eleitoral	113
Fluxograma da Impugnação a Pesquisa Eleitoral	114
Direito de Resposta (1/3)	115
Direito de Resposta (2/3)	116
Direito de Resposta (3/3)	117
Fluxograma do Direito de Resposta no TRE (Res. TSE. Nº 23.547/17)	118
Prestação de Contas Eleitorais (1/2)	119
Prestação de Contas Eleitorais (2/2)	120
Obrigação de Prestar Contas Eleitorais	121
Casos de Responsabilidade Solidária no Direito Eleitoral	122
Contas Bancárias Específicas dos Partidos Políticos (Art. 6º Res. TSE nº 23.546/17)	123
Fontes Vedadas (Art. 24 Lei nº 9.504/97 e Art. 31 Lei nº 9.096/95)	124
Conceito de Autoridades Públicas Para fins de Prestação de Contas Partidárias	125

Origem dos Recursos Financeiros para Campanha Eleitoral (Art. 17 Res. TSE nº 23.553/18)	126
Limite de 10% para Doações e Contribuições de Pessoas Físicas para Campanhas Eleitorais (Art. 23, § 1º, Lei nº 9.504/97)	127
Requisitos e Prazo para Arrecadação de Recursos para Campanha Eleitoral (Arts. 3º e 35 da Res. TSE nº 23.553/17)	128
Requisitos para as Entidades Poderem Arrecadar Valores na Modalidade de Financiamento Coletivo	129
Distribuição dos Recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha Previsto no art. 16 da Lei nº 9.504/97	130
Regra de Transição do Fundo Partidário e do Acesso ao Rádio e Televisão Conforme Emenda Constitucional nº 97/2017 (Requisitos Cumulativos)	131
Resultado do Julgamento das Contas Eleitorais	132
Prestação de Contas Partidárias (Res. TSE nº 23.456/17)	133
Legislação Aplicável as Prestações de Contas Partidárias	134
Rol de Documentos a Serem Apresentados na Prestação de Contas Partidárias do Exercício 2017 (Com Movimentação Financeira)	135
Representação Processual na Prestação de Contas Partidárias	136
Obrigações Relativas as Finanças, Contabilidade e Prestação de Contas dos Partidos Políticos (art. 4º Res. TSE nº 23.546/17)	137
Fontes de Receitas dos Partidos Políticos (Art. 5º, Res. TSE nº 23.546/17)	138
Prestação de Contas: Abertura de Conta Bancária (Art. 6º, § 6º Res. TSE nº 23.546/17)	139
Fluxograma Prestação de Contas Com Movimentação Financeira	140
Fluxograma Prestação de Contas Sem Movimentação Financeira (1/2)	141
Fluxograma Prestação de Contas Sem Movimentação Financeira (2/2)	142
Fluxograma Contas Partidárias Não Prestadas	143
Fluxograma da Impugnação e do Pedido de Investigação nas Prestações de Contas	144
Fluxograma da Regularização das Contas Não Prestadas dos Exercícios 2016 e Seguintes	145
Fluxograma Execução das Decisões Sobre Contas Partidárias (Art. 60 a 62 Res. TSE nº 23.546/17)	146
Mesário: Impedidos de Atuar	147
Mesário: Benefícios	148

Imunidades Eleitorais (Art. 236 CE)	149
Fluxograma Mesas Receptoras de Votos (Res. TSE nº 23.554/18)	150
Fluxograma Procedimento de Mesário Faltoso Anterior a Instauração do Processo	151
Fluxograma Processo de Mesário Faltoso Servidor Público ou Autárquico	152
Fluxograma Processo de Mesário Faltoso Exceto Servidor Público ou Autárquico	153
Fluxograma Cobrança de Mesário Faltoso	154
Diplomação (1/2)	155
Diplomação (2/2)	156
Diplomação: Natureza Jurídica	157
Diplomação: Consequências Jurídicas	158
DIREITO PROCESSUAL CÍVEL ELEITORAL	159
Competência Para Legislar Sobre Matéria Eleitoral	161
Exemplos de Conflitos que Não São Resolvidos Pela Justiça Eleitoral	162
Procedimentos Eleitorais	163
Ações Eleitorais - Prazo Para Propositura	164
Conceito de Circunscrição, Zona e Seção Eleitoral	165
Ações Cíveis Eleitorais com Regra de Competência Diversa do Conceito de Circunscrição Eleitoral	166
Prioridade de Tramitação das Ações Eleitorais	167
Incidência Restrita do Art. 97-A da Lei nº 9.504/97	168
Ações Cíveis Eleitorais: Gênero Quanto ao Objeto	169
Ações Eleitorais com Litisconsórcio Passivo Necessário	170
Fluxograma "Habeas Corpus" no TRE	171
Mandado de Segurança (1/5)	172
Mandado de Segurança (2/5)	173
Mandado de Segurança (3/5)	174
Mandado de Segurança (4/5)	175
Mandado de Segurança (5/5)	176
Fluxograma Mandado de Segurança	177
Tipos de Pedidos de Registros de Candidaturas	178
Prazo para o Trâmite da Ação de Impugnação ao Registro de Candidaturas: Eleições Municipais	179
Prazo para o Trâmite da Ação de Impugnação ao Registro de Candidaturas Eleições Municipais: Recurso TRE	180

Prazo para o Trâmite da Ação de Impugnação ao Registro de Candidaturas Eleições Municipais: Recurso TSE	181
Prazo para o Trâmite da Ação de Impugnação ao Registro de Candidaturas: Eleições Gerais	182
Prazo para o Trâmite da Ação de Impugnação ao Registro de Candidaturas Eleições Gerais: Recurso	183
Resumo Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura	184
Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura: Legitimidade Ativa	185
Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura: Legitimidade Ativa do Partido Político e Coligação	186
Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura (1/3)	187
Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura (2/3)	188
Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura (3/3)	189
Fluxograma Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura	190
Fluxograma Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura: Fase Recursal	191
Resumo Recurso Contra Expedição do Diploma	192
Recurso Contra Expedição do Diploma (1/4)	193
Recurso Contra Expedição do Diploma (2/4)	194
Recurso Contra Expedição do Diploma (3/4)	195
Recurso Contra Expedição do Diploma (4/4)	196
Fluxograma Recurso Contra Expedição do Diploma	197
Resumo Ação de Investigação Judicial Eleitoral	198
Ação de Investigação Judicial Eleitoral (1/4)	199
Ação de Investigação Judicial Eleitoral (2/4)	200
Ação de Investigação Judicial Eleitoral (3/4)	201
Ação de Investigação Judicial Eleitoral (4/4)	202
Critérios de Aferição da Influência do Abuso de Poder, Corrupção ou Fraude em Benefício de um Candidato	203
Abuso de Poder no Direito Eleitoral (1/3)	204
Abuso de Poder no Direito Eleitoral (2/3)	205
Abuso de Poder no Direito Eleitoral (3/3)	206
Fluxograma Ação de Investigação Judicial Eleitoral	207
Resumo Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo - AIME	208
Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo AIME (1/3)	209
Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo AIME (2/3)	210
Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo AIME (3/3)	211
Fluxograma Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo	212

Resumo Representação por Captação Ilícita de Sufrágio [Art. 41-A Lei nº 9.504/97]	213
Representação por Captação Ilícita de Sufrágio [Art. 41-A Lei nº 9.504/97] [1/3]	214
Representação por Captação Ilícita de Sufrágio [Art. 41-A Lei nº 9.504/97] [2/3]	215
Representação por Captação Ilícita de Sufrágio [Art. 41-A Lei nº 9.504/97] [3/3]	216
Prazos da Captação Ilícita de Sufrágio	217
Representação por Captação Ilícita de Sufrágio: Hipóteses de Configuração [1/2]	218
Representação por Captação Ilícita de Sufrágio: Hipóteses de Configuração [2/2]	219
Representação por Captação Ilícita de Sufrágio: Distribuição de Combustível para Eventos de Campanha	220
Fluxograma Representação por Captação Ilícita de Sufrágio [Art. 41-A Lei nº 9.504/97]	221
Resumo Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos [Arts. 73 a 77 da Lei nº 9.504/97]	222
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos [Arts. 73 a 77 da Lei nº 9.504/97] [1/3]	223
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos [Arts. 73 a 77 da Lei nº 9.504/97] [2/3]	224
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos [Arts. 73 a 77 da Lei nº 9.504/97] [3/3]	225
Definição de Agente Público e Político	226
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos [Art. 73, I, Lei nº 9.504/97]	227
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos [Art. 73, II, Lei nº 9.504/97] [1/2]	228
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos [Art. 73, II, Lei nº 9.504/97] [2/2]	229
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos [Art. 73, III, Lei nº 9.504/97]	230
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos [Art. 73, IV, Lei nº 9.504/97]	231
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos [Art. 73, V, Lei nº 9.504/97] [1/3]	232
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos [Art. 73, V, Lei nº 9.504/97] [2/3]	233

Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos (Art. 73, V, Lei nº 9.504/97) [3/3]	234
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos (Art. 73, VI, “a” Lei nº 9.504/97)	235
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos (Art. 73, VI, “b” Lei nº 9.504/97) [1/3]	236
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos (Art. 73, VI, “b” Lei nº 9.504/97) [2/3]	237
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos (Art. 73, VI, “b” Lei nº 9.504/97) [3/3]	238
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos (Art. 73, VI, “c” Lei nº 9.504/97)	239
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos (Art. 73, VII, Lei nº 9.504/97) [1/2]	240
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos (Art. 73, VII, Lei nº 9.504/97) [2/2]	241
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos (Art. 73, VIII, Lei nº 9.504/97)	242
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos (Art. 73, § 10º, Lei nº 9.504/97) [1/2]	243
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos (Art. 73, § 10º, Lei nº 9.504/97) [2/2]	244
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos (Art. 74, Lei nº 9.504/97) [1/2]	245
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos (Art. 74, Lei nº 9.504/97) [2/2]	246
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos (Art. 75, Lei nº 9.504/97)	247
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos (Art. 77, Lei nº 9.504/97) [1/2]	248
Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos (Art. 77, Lei nº 9.504/97) [2/2]	249
Fluxograma Representação por Condutas Vedadas aos Agentes Públicos [Arts. 73 a 77, Lei nº 9.504/97]	250
Resumo Representação por Irregularidade na Arrecadação e Gastos de Recursos (Art. 30-A Lei nº 9.504/97)	251
Representação por Irregularidade na Arrecadação e Gastos de Recursos (Art. 30-A Lei nº 9.504/97) [1/3]	252
Representação por Irregularidade na Arrecadação e Gastos de Recursos (Art. 30-A Lei nº 9.504/97) [2/3]	253

Representação por Irregularidade na Arrecadação e Gastos de Recursos (Art. 30-A Lei nº 9.504/97) [3/3]	254
Fluxograma Representação por Irregularidade na Arrecadação e Gastos de Recursos (Art. 30-A Lei nº 9.504/97)	255
Resumo Representação por Doação Acima do Limite Legal	256
Representação por Doação Acima do Limite Legal [1/2]	257
Representação por Doação Acima do Limite Legal [2/2]	258
Fluxograma Representação por Doação Acima do Limite Legal	259
Fluxograma Execução de Sentença Condenatória Representação por Doação Acima do Limite Legal	260
Fluxograma Representação (Res. TSE nº 23.547/17)	261
Resumo Ação Rescisória	262
Ação Rescisória [1/3]	263
Ação Rescisória [2/3]	264
Ação Rescisória [3/3]	265
Instrumentos Legais de Impugnação dos Atos Judiciais	266
Princípios dos Recursos Eleitorais	267
Pressupostos Recursais no Direito Eleitoral	268
Legitimidade Recursal no Direito Eleitoral	269
Prevenção Recursal, Juízo de Retratação e Conexão	270
Efeitos dos Recursos Eleitorais	271
Hipóteses que a Legislação Eleitoral Atribui Efeito Suspensivo ao Recurso Eleitoral	272
Possíveis Resultados dos Recursos Eleitorais	273
Recursos Eleitorais Não Penais	274
Recurso Eleitoral (Art. 265, "caput", CE) [1/3]	275
Recurso Eleitoral (Art. 265, "caput", CE) [2/3]	276
Recurso Eleitoral (Art. 265, "caput", CE) [3/3]	277
Tramitação no Tribunal do Recurso Eleitoral (Art. 265, CE) [1/2]	278
Tramitação no Tribunal do Recurso Eleitoral (Art. 265, CE) [2/2]	279
Recurso Eleitoral (Art. 96, § 4º, Lei nº 9.504/97)	280
Tutela de Urgência Perante o Tribunal Regional Eleitoral	281
Fluxograma Ação de Impugnação ao Registro de Candidatura:	
Fase Recursal	282
DIREITO E PROCESSO PENAL ELEITORAL	283
Ilícito Eleitoral	285
Princípios do Processo Penal Eleitoral	286

Princípio da Insignificância no Processo Penal Eleitoral	287
Classificação e Divisão dos Crimes Eleitorais	288
No Aspecto Estrutural o Ilícito Eleitoral Apresenta os Seguintes Elementos	289
Natureza Jurídica do Crime Eleitoral	290
Fatores Determinantes da Competência Penal Eleitoral	291
Distribuição da Competência para os Crimes Cometidos por Acusados Sem Prerrogativa de Foro (Art. 69 do CPP)	292
Localização dos Crimes Eleitorais	293
Juizado Especial Criminal e os Institutos Despenalizadores Aplicáveis ao Direito Eleitoral (Lei nº 9.099/95)	294
Fluxograma dos Crimes Eleitorais de Menor Potencial Ofensivo no Dia da Eleição	295
Gravação ou Captação Ambiental como Meio de Prova (1/2)	296
Gravação ou Captação Ambiental como Meio de Prova (2/2)	297
Crime Eleitoral e a Responsabilidade Penal do Diretório do Partido Político	298
Espécies de Penas Previstas para os Crimes Eleitorais	299
Multas Eleitorais (1/2)	300
Multas Eleitorais (2/2)	301
Competência Originária para o Julgamento de Crimes Comuns e Eleitorais do Supremo Tribunal Federal	302
Competência Originária para o Julgamento de Crimes Comuns e Eleitorais do Superior Tribunal de Justiça (1/2)	303
Competência Originária para o Julgamento de Crimes Comuns e Eleitorais do Superior Tribunal de Justiça (2/2)	304
Competência Originária para o Julgamento de Crimes Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral	305
Competência Originária para Julgamento de Crimes Eleitorais do Juiz Eleitoral	306
Procedimento Penal Eleitoral	307
Principais Crimes Eleitorais no Dia da Eleição (1/2)	308
Principais Crimes Eleitorais no Dia da Eleição (2/2)	309
Transporte de Eleitores no Dia da Eleição (Lei nº 6.019/74)	310
Fatores que Indicam Possível Transporte Irregular de Eleitores (Lei nº 6.019/74)	311
Requisitos para Configuração do Crime de Desobediência	312
Fluxograma Procedimento dos Crimes Eleitorais no Dia da Eleição, Exceto para os Considerados de Menor Potencial Ofensivo	313
Inquérito Penal Eleitoral	314

Ação Penal Eleitoral: Iniciativa	315
Processamento do Crime Eleitoral Comum	316
Processamento do Crime Eleitoral para Pessoas Com Prerrogativa de Foro (Lei nº 8.036/90)	317
OUTROS	319
Direitos do Homem	321
Instrumentos da Democracia Direta	322
Controle de Constitucionalidade	323
As Nove Mudanças mais Significativas Introduzidas pela Lei nº 13.165/15	324
Parentesco: Graus	325
BIBLIOGRAFIA	327